

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.926 - PR (2018/0226218-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOAQUIM MIRO - PR015181
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI E OUTRO(S) - PR040624
STEPHANY GUEDES RODRIGUES ROUBADEL - RJ214681
AGRAVADO : GERALDO MOREIRA DE FREITAS
AGRAVADO : SIDNEY PIUBELLI
AGRAVADO : JOSE ADAMO
AGRAVADO : LEOVALDO APARECIDO TIEPO
AGRAVADO : JOSE GILBERTO DE LIMA
AGRAVADO : HUMBERTO DE CASTRO
AGRAVADO : HELIO DOS ANJOS BRITO
AGRAVADO : JOSE VIOTTO
AGRAVADO : MARIA APARECIDA MARANGONI
AGRAVADO : GERSON DE SOUZA NETO
ADVOGADOS : GERALDO ALBERTI - PR016291
JOSE OSANAN - PR033962

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONSONÂNCIA DA TESE APLICADA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. GRUPAMENTO ACIONÁRIO. PROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (e-STJ fls. 920-937).

Opostos embargos de declaração, restaram parcialmente acolhidos para

reconhecer a prescrição em relação a alguns dos autores (e-STJ fls. 998-1.011).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 1.033-1.064), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, II, 485, VI e § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, 170, §1º, da Lei das Sociedades Anônimas, 884 e 886 do Código Civil bem como divergência jurisprudencial.

Alega negativa de prestação jurisdicional por omissão e contradição no acórdão recorrido quanto à alegada ilegitimidade ativa dos autores.

Defende ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda uma vez que não possui qualquer vínculo societário com a TIM Sul (e-STJ fl. 1.051).

Sustenta, por fim, a necessidade de observância das operações de grupamento acionário.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

DECIDO.

A pretensão recursal merece parcial provimento.

De início, quanto à violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

No que toca ao art. 485, VI, do CPC/2015, a parte recorrente alega sua ilegitimidade para figurar nos autos.

Contudo, a Corte local concluiu que a recorrente possui a indiscutível qualidade de sucessora da Telepar, daí a sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda.

Esse é, inclusive, o entendimento desta Corte Superior, conforme ilustram os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. CONTRATO EM QUE CONSTA A TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS.

LEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM. SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA TELEPAR. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. PRECEDENTES.

1. A Corte de origem, analisando o contrato de cessão entre as partes, que constou do referido ajuste a cessão de todos os direitos e obrigações contratuais ao cessionário. Dessa forma, o cessionário possui legitimidade ativa para o presente pleito de complementação acionária.

2. A Brasil Telecom S/A possui legitimidade passiva para responder pela complementação acionária de contrato de participação financeira decorrente da aquisição de linha telefônica, tendo em vista ser a sucessora, por incorporação, da Telepar.

3. (...).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA DO CEDENTE PARA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. ENUNCIADO N. 83/STJ. SUBSTITUIÇÃO DA TELEPAR. LEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM.

(...)

3. Legitimidade passiva da Brasil Telecom S/A para responder pela complementação acionária de contrato de participação financeira decorrente da aquisição de linha telefônica, tendo em vista ser a sucessora, por incorporação, da Telepar.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp 11.778/PR, Minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 10/09/2012, grifou-se).

Assiste razão à recorrente, contudo, em relação ao grupamento de ações.

Com efeito, no julgamento do REsp 1.387.249/SC, firmado sob o rito dos repetitivos, consolidou-se o entendimento de que o cálculo do valor devido pela companhia sucessora deverá levar em consideração o número de ações apurado com base no balancete mensal, nos termos da Súmula nº 371/STJ, multiplicado por um fator de conversão, o qual deve englobar os agrupamentos acionários eventualmente ocorridos.

Nesse contexto, impõe-se a reforma no ponto, tendo em vista que julgado recorrido se encontra em desarmonia com a jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao

recurso especial apenas a fim de determinar a observância das operações de grupamento acionário na apuração do valor devido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator